

“QUE OS SURDOS SE EXPRIMAM COMO OS OUTROS”: A ORALIZAÇÃO NO CONGRESSO DE PARIS (1900)

Eliane Telles de Bruim Vieira - UFES¹

José Raimundo Rodrigues - UFES²

Keila Cardoso Teixeira - UFES³

Lucyenne Matos da Costa Vieira Machado - UFES⁴

Eixo Temático 2: Propostas Curriculares e Práticas Pedagógicas

RESUMO

A partir da leitura do documento *Congresso Internacional para o estudo das questões de educação e de assistência de surdos-mudos (Seção dos ouvintes)*, relatório do congresso realizado em Paris em 1900, e fazendo uso da noção de experiência proposta por Michel Foucault, o presente texto procura investigar como uma determinada ênfase no método oral puro e, conseqüentemente, na possibilidade de fala dos surdos delineou-se como um assujeitamento destas pessoas em relação aos outros. Compreendendo o jogo de verdade, as relações de poder e as relações consigo e com os outros que tal experiência carrega, busca-se discutir como a decisão de Milão retomada em Paris faz com que surdos se comportem como ouvintes, definindo suas condutas, conduzindo suas práticas. Trata-se de uma pesquisa documental qualitativa em que se buscam no texto os processos de constituição da oralização como conformação aos outros. Toma-se como documento as atas redigidas por Ladreit de Lacharrière et al na sua tradução publicada em 2013 pelo Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES).

PALAVRAS-CHAVE: Surdez; Seção dos ouvintes; Congresso de Paris (1900); Experiência.

¹ Licenciada em História pela UFES; mestrado em Educação pelo PPGE-UFES; doutoranda em Educação pelo PPGE-UFES na linha de pesquisa Educação Especial e Processos Inclusivos. ebruim@yahoo.com.br

² Licenciado em Filosofia pela PUC-MG; mestrado em Educação pelo PPGE-UFES; doutorando em Educação pelo PPGE-UFES na linha de pesquisa Educação Especial e Processos Inclusivos. jrzenega@yahoo.com.br

³ Licenciada em Pedagogia; mestrado em Educação pela UNIMEP; doutorado em Educação pelo PPGE-UFES na linha de pesquisa Educação Especial e Processos Inclusivos. keilakteixeira@gmail.com

⁴ Licenciada em Pedagogia pela UFES; mestrado e doutorado em Educação pelo PPGE-UFES; pós-doutorado em Educação pela UNISINOS; docente. lumatosvieiramachado@gmail.com

1 UM QUADRO INTRODUTÓRIO

Há no Museu Nacional de Belas Artes uma pintura intitulada “A palavra aos surdos-mudos”. Datada de 1886, a obra de Oscar Pereira da Silva retrata o doutor José Joaquim Menezes de Vieira ensinando linguagem articulada a dois alunos surdos. Os três estão assentados em frente a um fundo de paisagem. No centro da cena um aluno com a mão direita apoiada no pescoço do doutor e a mão esquerda sob o seu próprio queixo. A boca do médico entreaberta sugere a emissão de um som, enquanto seus olhos estão semicerrados. O olhar concentrado do aluno aponta para a tentativa de decifrar como repetir o som a partir das vibrações das cordas vocais e, ao mesmo tempo, ler os lábios do médico. O segundo aluno, com um rosto que remete a certa anormalidade, acompanha tudo absorto pelo exercício. Há uma fala dada, ensinada, transmitida, aos dois surdos e por eles acolhida, pois também se encontram com as bocas entreabertas e os olhares tensionados. Há um som ouvido apenas por um dos três personagens...

A descrição do quadro nos remete a uma prática assumida como a ideal e, oficialmente, a única recomendável na instrução dos surdos conforme o contexto pós-Congresso de Milão (1880). A ênfase na fala, a insistência de que os surdos pudessem falar, é o que desejamos investigar ao pesquisar o *Congresso Internacional para o estudo das questões de educação e de assistência de surdos-mudos*, compêndio com atas e relatórios da seção dos ouvintes do Congresso realizado em Paris nos dias 06, 07 e 08 de agosto de 1900. O Congresso de Paris tinha por objetivo discutir questões relativas à organização das escolas de surdos, aos métodos de ensino e à proteção e assistência dos “surdos-mudos” adultos (CONGRESSO, 2013, p. 41). O congresso trabalhou com seções separadas de ouvintes e de surdos. Portanto, não se tomam aqui como documento de pesquisa os relatórios da seção dos surdos.

Mais que a questão dos métodos que co-existiram depois do Congresso de Milão, instiga-nos como o ato de falar foi compreendido como essencial para uma forma de integração dos surdos na sociedade. Este ato tão corriqueiro para os outros, aprendido no fluxo da vida e refinado pela prática escolar, foi assumido na instrução dos surdos como possibilidade de torná-los

semelhantes aos ouvintes. Ao pautar o ensino dos surdos pela prática da oralização sugerem-nos os relatórios do Congresso de Paris que existe uma prática que ultrapassa o próprio ato da fala e diz respeito a uma experiência, um modo de estar no mundo similar ao dos ouvintes.

Desta forma, os surdos, considerados como anormais, seriam assujeitados como normais, não se distinguindo dos outros. Por isso, nos perguntamos também que elementos constituíram a fala humana como expressão de normalidade? Que práticas colaboraram para se assumir a fala como essencial? Quais técnicas estão em jogo com a finalidade de se definir a normalidade pela expressão oral? Como os ouvintes e os surdos, e especificamente os professores de surdos, optaram pela fala e a mantiveram como ato integrador e normalizador de suas práticas e condutas pessoais? Muitos são os questionamentos e pouca a pretensão de respondê-los. Contudo, o intuito de fomentar dúvidas sobre um dado aceito, o desejo de colocarmo-nos em busca, interessando-nos pelos processos e as pessoas que neles se envolveram com a intenção de dar a palavra falada aos surdos.

2 UM USO DE FERRAMENTAS

Optamos por nos aproximarmos do documento do Congresso de Paris fazendo uso de ferramentas foucaultianas. Assim assumimos o risco da investigação com os rumos imprevisos e incertos nela inerentes. Escrever sobre um documento do passado é também reescrever-nos no presente, tornando-nos diferentes (FOUCAULT, 2010a, p. 292), distinguindo-o no tempo que se constitui na liberdade das pessoas, sem determinismos e imutabilidades, sem pretensões salvacionistas.

Na inicial heterogeneidade de significados, propostos inclusive pelo próprio Foucault, a experiência conjuga em si uma variedade de outras ferramentas. Ao se tomar uma ferramenta de Foucault acontece, quase naturalmente, o aproximar-se de outras. Não há uma realidade pronta e acabada a ser compreendida, mas há fatos a serem investigados e, para isso, se lançam mão das ferramentas mais adequadas a cada momento e também se as abandona em dada situação que não mais colaboram. Se isso aponta para a

complexidade da realidade que se deseja investigar, mostra também como é a própria experiência que guia o pesquisador. É ele um experienciador, um padecedor: “Sou um experimentador no sentido em que escrevo para mudar a mim mesmo e não mais para pensar na mesma coisa de antes” (FOUCAULT, 2010a, p. 290). A noção de experiência em Foucault abre-se como um leque que perpassa saber, poder e a subjetividade (ética) e atinge o pesquisador.

De alguma maneira, experiência é uma ferramenta que transita pela própria trajetória do filósofo tendo o sujeito como tema central de sua pesquisa. De acordo com Foucault, em uma entrevista a Paul Rabinow, toda experiência tem nela implicados três necessários elementos: “um jogo de verdade, relações de poder, formas de relação consigo mesmo e com os outros” (FOUCAULT, 2010b, p. 596). E ele continua: “uma experiência é sempre uma ficção; é algo que se fabrica para si mesmo, que não existe antes e que existirá depois” (FOUCAULT, 2010b, p. 45).

O Congresso de Paris pode ser então compreendido nesse horizonte de uma experiência a afetar os surdos. A ênfase na fala, mais que na palavra, pode ser uma experiência, jogando com verdades, gerando relações de poder e criando novas formas de relação consigo e com os outros, conseqüentemente, tocando numa ética. O escrever sobre tal evento é-nos também experiência, modificando-nos, perpassando-nos de maneira a constituir-nos outros. É um “isso que nos passa” que não nos deixa alheios ao vivido no passado e ao vivido no presente, reconfigurando nosso olhar.

3 JOGO DE VERDADE NUM CONGRESSO SOBRE A FALA

Os relatórios do Congresso de Paris assinalam que, apesar do desejo de se romper com a decisão tomada no Congresso de Milão de se aceitar somente o método oral puro como meio de instrução para os surdos, houve uma hipervalorização da experiência da fala, um adensamento da compreensão de verdade advinda desta condição peculiar aos ouvintes e ora determinada aos surdos. O documento do Congresso de Paris permite-nos o contato com os argumentos dos participantes ouvintes.

As atas e os relatórios apresentados retomam constantemente a ideia de verdade. Parece existir uma preocupação em acessar a verdade como se ela estivesse posta em um determinado lugar e pudesse ser apropriada. É em nome de uma verdade que tanto defensores quanto opositores ao método oral puro se posicionam. Cada qual ao seu modo e fazendo uso de argumentos, procura, ao longo do congresso, assegurar que estão de posse da verdade.

No discurso inicial do Dr. Lacharrière afirma que a oralização foi uma verdade clara que reluziu após o Congresso de Milão (LACHARRIÈRE, 2013). Entretanto, Gallaudet contrapõe essa questão ao afirmar que “a verdade demonstrada não tem necessidade de ser sustentada por resoluções. E o que não é verdade, não o será por efeito do voto de algum Congresso” (LACHARRIÈRE, 2013, p. 33). A postura de Gallaudet baseava-se em sua prática na Universidade Gallaudet em que não se tinha o método oral puro como único meio de instrução dos surdos e por perceber que as controvérsias sobre os métodos perduravam (LACHARRIÈRE, 2013).

Para Gallaudet, a verdade era a prática experienciada nas escolas. Lacharrière, por sua vez, compreende a verdade na sua associação com a ciência e suas contribuições acerca das possibilidades de desenvolvimento dos surdos (LACHARRIÈRE, 2013). O argumento científico, na sua versão ligada à medicina, é tido em alta conta como critério de discussão e os resultados obtidos e interpretados são usados tanto pelos favoráveis ao método oral puro quanto pelos contrários a ele. O argumento científico é na modernidade a prova cabal que visa submeter todos a um determinado regime de práticas.

A verdade não se encontra aqui ou acolá, mas é construção histórica num dado horizonte possível, descontínua. Mais uma vez chama atenção a posição de Gallaudet ao dizer que “tão importante quanto o testemunho dos professores, da família e dos amigos íntimos, é o dos estranhos e dos estrangeiros; mas o que é mais valioso na abordagem desta questão são a opinião e o testemunho dos próprios surdos-mudos” (LACHARRIÈRE, 2013, p. 80).

Fazer um surdo falar surge como verdade alicerçada na prática de várias instituições de instrução. Os pronunciamentos discutem a oralização tendo-a como sucesso inquestionável após o Congresso de Milão, mas ao mesmo

tempo, reconhecendo que outros métodos continuavam a existir em algumas instituições.

Algumas aleturgias são recordadas. Elas falam de rituais próprios que garantem o acesso à verdade. O referenciar-se nas práticas da medicina de então, parece salvaguardar o método oral de quaisquer falhas. Lida-se com um corpo que não é recebido na sua subjetividade surda, mas na sua biologia e anatomia surda, consideradas como anormais, desviantes, mas passíveis de correção, de formatação, de reformas.

As discussões sobre o método oral puro, bem como, a discussão específica sobre os métodos de articulação transita em torno da proposição de um caminho verdadeiro para se fazer o surdo falar. Desde este receituário, considerado inequívoco, compreende-se o surdo como alguém que deve fazer o que os outros fazem. A preocupação primeira é que eles sejam como os outros e não que eles se comuniquem. O método parece ser usado como técnica que busca fazer o surdo assujeitar-se a uma maneira de se conduzir na vida: agir como se fosse um ouvinte.

Na argumentação de Gallaudet encontramos:

Os promotores do ensino pelo método oralista puro têm o hábito de afirmar que o valor da fala para os surdos-mudos é inestimável, que ela tem mais valor para eles do que qualquer outro conhecimento; que não seria demais pagar caro para adquiri-lo; que com ela os surdos-mudos podem ser completamente integrados à sociedade; que podem *ficar igual aos «outros»*; que podem entrar nas mesmas escolas e nas mesmas universidades que aqueles que ouvem e assistem aos cursos destas Instituições sem ajuda especial. (LACHARRIÈRE, 2013, p. 78-79) (grifo nosso)

O relatório do Sr. Heidsieck, lido no congresso, ilustra a dificuldade dos defensores do método oral puro em compreender a importância da linguagem para além da fala:

Se os partidários do Método oralista puro reconhecem exclusivamente na fala um meio de comunicação com seus semelhantes, eles desconhecem então a natureza mais íntima e não apreciam seu justo valor a importância da linguagem para o indivíduo em si. A linguagem é mais que um meio de comunicação de inteligências entre si; é, em primeira linha, e antes de tudo, um agente que nos permite ter conhecimento de nossa própria individualidade, um instrumento pelo qual se mostra a potência da faculdade de pensar. Pelo pensamento ligado à palavra falada, o homem confere ordem e revisão ao caos da massa de suas ideias. A fala da criança se dirige tanto a seu próprio ouvido quanto aos do que a cercam. O homem que desperta para o conhecimento de si mesmo contempla

seu próprio pensamento com a ajuda de sons; por entonações inteligíveis, ele o coloca objetivo e o sujeita a um exame incessantemente renovado. O surdo-mudo, ao contrário, que não chega a ter consciência de sua voz, procura sem saber e instintivamente transmitir seu pensamento sensível por meio de sinais sensíveis: recorre ao gesto por necessidade da natureza. (LACHARRIÈRE, 2013, p. 99)

O método oral puro, tornado obrigatório, enquanto verdade aceita e definidora de uma conduta similar à dos ouvintes foi assumido como técnica de assujeitamento. O ato de falar como os ouvintes foi objeto de disciplinamento dos corpos, sem, contudo, conseguir abafar os movimentos dissonantes. As escolas, particularmente, aquelas destinadas à instrução dos surdos tornaram-se o espaço-tempo disciplinar oportuno para essa prática de domínio.

4 RELAÇÕES DE PODER

A escola, na forma como a conhecemos na modernidade, é uma instituição em que se tramam e se articulam estrategicamente e cotidianamente inúmeras relações de poder. Os surdos são apresentados nas falas dos ouvintes do congresso como indefesos, fracos, infelizes, carentes de apoio, hierarquizados quanto à inteligência, necessitados desde o amparo material ao amparo espiritual que concorra para uma vivência moral. Padre Stockmans considera que

Do ponto de vista moral, a proteção do surdo-mudo se impõe com força maior ainda. Pela razão mesma que o seu julgamento é incompleto, é fraco, por não poder se prevenir contra todos os riscos, contra todos os perigos que o cercam, outros devem pensar por ele e se ocupar dele, outros devem lhes servir como orientadores, com ajuda, conselhos, e como protetores durante todo o curso de suas existências. (LACHARRIÈRE, 2013, p. 181)

Essa compreensão dos surdos servirá até mesmo para se pensar possíveis tutelas como também para se outorgar, especificamente no caso do congresso, o direito de se falar em nome dos surdos como se expressa Baguer:

Muitas crianças desafortunadas, surdos-mudos pobres, deverão talvez à nossa união cordial de hoje uma melhoria na sua sorte, uma nova escola, uma oficina a mais, uma proteção poderosa forte. É por eles que estamos aqui; devemos a eles todo o nosso tempo, todos os nossos esforços. Devemos falar por eles, e falando abertamente, nós devemos lhes assegurar aquilo que eles mais precisam: instrução e trabalho, luz e alegria. (LACHARRIÈRE, 2013, p. 72)

Considerados dotados uma inteligência adormecida, mas não devendo ser confundidos com idiotas, os surdos têm na educação a possibilidade de se

integrarem à sociedade. Vê-se isso, por exemplo, no depoimento de Gaston Bennefoy:

Nos surdos-mudos a inteligência existe, está adormecida, é somente pela educação que ela pode se desenvolver, para que o surdo-mudo não se torne um ser semelhante ao idiota. A questão da educação é então primordial. É por meio dela e somente por meio dela que os surdos-mudos, estes desfavorecidos da natureza, podem chegar a ser úteis à Sociedade, e ser capazes de exercer um trabalho lucrativo que lhes permita ser autossuficientes. Ora, temos que nos indagar se todos os surdos-mudos em condições de receber uma educação apropriada a recebem efetivamente. (LACHARRIÈRE, 2013, p. 147)

Mantidas por associações de amigos dos surdos ou por iniciativas de governos, as instituições reiteram a compreensão de que os “anormais” não podem e não devem estar junto aos outros, mas podem nelas aprenderem a se assemelhar aos outros. As instituições cumprem então sua função desde que consigam garantir aos surdos que aprendam a falar, que dominem um mínimo vocabulário e que se tornem empregáveis, assumindo um meio de sustento. Entretanto, há o reconhecimento de que as próprias instituições também fracassam nesse intuito ao usar o método oral puro.

A figura do professor é então apresentada pelos participantes como alguém que deve dominar os aspectos metodológicos para assegurar o sucesso da integração dos surdos. Pedagogia e medicina são convocadas a dialogar. Assim, aos professores se propõe aliar e, por vezes, submeter-se aos conhecimentos médicos (LACHARRIÈRE, 2013). Considerado como um primeiro livro para o surdo estudante, o professor é compreendido como aquele a quem compete tecnicamente e disciplinarmente levar a efeito o que se esperava da instrução: transformar o surdo em um simulacro de ouvinte.

Os surdos são objeto da beneficência e assistência de uma sociedade que os segrega, mas também deles necessita para o trabalho. Aos estudantes cabe a repetição de atos para adequar os músculos da voz até a emissão de sons e o aprendizado a observar atentamente os lábios dos outros. Desta maneira, espera-se ao final da passagem pelas instituições escolares que tenham assimilado o necessário para o portar-se no trabalho, quase sempre manual, e a convivência no ambiente familiar.

O falar consiste também num ato de poder em uma sociedade construída sobre a palavra. Todavia, a palavra pode ser expressa e comunicada por mais de

uma forma além da fala. A opção pela ênfase na fala constituiu-se numa prática de assujeitamento de um grupo, desenvolvendo uma constituição desses sujeitos a partir de um elemento externo a eles.

5 RELAÇÕES CONSIGO E COM OS OUTROS

O jogo da aparência faz com que o surdo transite no mundo como um estranho. Tendo que assumir como seu jeito de existir uma forma que nega sua condição cultural, os surdos experimentam então uma maneira de se relacionarem também consigo. Eles precisam se adequar ao mundo dos ouvintes e falantes, precisam assimilar as maneiras e trejeitos como estes se manifestam e deve portar-se como os outros. Falar para ser semelhante aos outros. E, inclusive, pensar como os outros, pois como argumenta o Padre Stockmans:

O método oralista, do ponto de vista de instrução, tem um grande valor, pois permite ao surdo-mudo pensar como nós pensamos. O método da mímica, ao contrário, inverte todas as frases do pensamento e coloca aquele que o utiliza na impossibilidade quase que absoluta de se fazer compreender com precisão. (LACHARRIÈRE, 2013, p. 136)

O ser surdo parece então camuflado, destituído de suas potencialidades, assujeitado por outro modo de ser. Há, possivelmente, um não reconhecimento de si e, ao mesmo tempo, um movimento de conformação, de acolhida, de recepção desse novo modo de passar pela existência. Gallaudet, servindo-se de um relatório elaborado por ocasião da supervisão de um instituto de surdos pelo Sr. Chamberlain aponta para isso:

Não é hábito dos professores que ensinam pelo método oralista afirmar para seus alunos que, se eles se esforçarem em aprender a falar, poderão evitar serem vistos como surdos-mudos, que poderão ter a aparência de ser «exatamente como os outros», em uma palavra que eles poderão «enganar o mundo»? (LACHARRIÈRE, 2013, p. 90)

Se há, por um lado, uma prática de assujeitamento bastante articulada pelo método oral puro; há também, por outro, uma série de respostas por parte dos surdos que subjetivam tais práticas e as assumem como suas condutas de vida. Outrossim, existem aqueles que também as rejeitam e no processo de subjetivação efetuam uma resistência aos assujeitamentos. Gallaudet propõe que a discussão sobre os métodos seja centrada na criança e não numa obrigatoriedade de uso de um método sem se levar em conta as especificidades:

O método deve ser adaptado à criança. Em seguida, lógica e naturalmente, para dar a todos os surdos-mudos a melhor educação possível é preciso empregar um sistema combinado, ou misto. Não digo «o» sistema combinado, pois se pode recorrer a uma enormidade de combinações inspiradas por diferentes condições; algumas destas combinações podem ser preferíveis a outras, mas todas produzem melhores resultados do que um método único. (LACHARRIÈRE, 2013, p. 91)

6 O RETORNO À QUESTÃO DA ÊNFASE NA FALA

Tendo realizado esse percurso de certo rastreamento do documento, retornamos ao ponto de partida. Parece-nos que a ênfase na fala se deu como forma de se amenizar a situação de “anormalidade” dos surdos. E de forma um tanto superficial podemos agora recuperar algumas questões que atravessam o Congresso de Paris como águas subterrâneas que ora emergem, outras não se permitem ver claramente, mas sua umidade é perceptível.

Há um discurso cristão presente no Congresso de Paris. A forma cristã de se compreender o mundo e de compreender-se a si mesmo e aos outros coloca a caridade como impulso predominante nas discussões sobre a surdez. O surdo é o objeto do “amor ao próximo” (LACHARRIÈRE, 2013). É sempre um discurso pautado sobre a força da palavra, inicialmente em minúscula e, posteriormente, na Palavra, com maiúscula, enquanto processo de sacralização dos textos.

Recordemos que é pela fala que, na tradição hebraica, Deus cria todas as coisas, dando ordem ao caos. Há na palavra do criador uma força vital. É pela palavra que o homem, aquele gerado do barro e soprado nas narinas, nomeia as demais criaturas que à sua frente desfilam. É também em torno da palavra que se dão os conflitos como o de Babel. Não estaria então aí certo veio que nos faz a todos pensar que só podemos comunicar pela fala? Assumido pelo cristianismo, a centralidade da palavra se corporifica em uma pessoa codinominada como Verbo, entendido como encarnação da palavra criadora.

O discurso cristão dos primeiros cristãos também se pautava pelo uso da palavra. E a fé era compreendida como algo que penetra a carne humana pelos ouvidos (Rm 10,17). Anos e anos desse rio caudaloso produziram historicamente esses sujeitos e suas condutas e os surdos são justamente uma categoria de pessoas que não se adéqua imediatamente a esse discurso.

Seriam passíveis de fé? Poderiam proclamar a fé? Há uma ênfase no falar e não no comunicar-se e *ephata* cristão aparece como salvação. Não estaríamos diante de uma antropologia da palavra que hierarquiza os outros modos de se comunicar e considera “fechados” todo aquele que não compartilha da fala?

Ao se insistir que o surdo fale se insiste em que ele adentre para a sociedade dos falantes-ouvintes, que ele se pronuncie, que ele se declare na forma como os outros o fazem. No trabalho enviado pela Srta. P. Wagmester, encontra-se: “[...] depois que se faz os surdos falarem, é necessário acostumá-los a se exprimir como os outros” (LACHARRIÈRE, 2013, p. 173). A proibição ou a recusa ao uso da língua de sinais e de outros gestos parece relacionar-se com uma antropologia da fala. Os surdos não podem ser quem são a despeito de um mundo humano baseado na oralidade. É esse mundo que determina o modo de ser surdo possível e aceitável naquele momento. Tal construção não envolve apenas os surdos, mas a todos que compartilham de uma confiança exacerbada na palavra falada.

7 UMA ESCULTURA PARA PROVOCAR UMA INCONCLUSÃO

No pátio da Universidade Gallaudet, nos Estados Unidos, pode se ver uma escultura de bronze que retrata Thomas Hopkins Gallaudet e sua pupila Alice Cogswell. A obra de Daniel Chester French, datada de 1889, apresenta o professor sinalizando a letra “a” e sua aluna repetindo o sinal. O professor encontra-se assentado e aluna dá movimento à peça. Está envolvida com a lição, traz o livro sobre o peito, os olhos fitos no mestre, o corpo em certo êxtase ou desejo de andar. Há gestos e um silêncio...

Os relatórios do Congresso de Paris trazem vários pronunciamentos de Edwar Miner Gallaudet, filho de Thomas Gallaudet, um dos fundadores da universidade para surdos nos EUA. Sua postura de crítica acirrada em relação ao método oral puro se baseava na experiência de ensino em método combinado, procurando perceber qual o melhor método para ensinar aquele surdo, considerando assim suas peculiaridades, aberto à singularidade dessa pessoa. Ao apontar os limites do método oral puro e os possíveis equívocos da decisão tomada no Congresso de Milão, Gallaudet assinala a co-existência de

métodos, o apreço pela comunicação, uma ênfase na aprendizagem para constituição de uma autonomia dos surdos. Consolidava-se aí nova experiência.

O Congresso de Paris enfatiza e hipervaloriza um modo de ser surdo. E, acreditamos, hipervaloriza a fala e não a comunicação. Essa compreensão da oralidade como única forma aceitável de instrução aos surdos estava intimamente associada a um processo no qual os surdos subjetivavam como deveriam ser suas condutas cotidianas a partir do universo de compreensão dos ouvintes. Pelos relatos do Congresso, o surdo só poderia ser surdo se se parecesse com os ouvintes, vivendo na tensão da oralização, da leitura de lábios, no simulacro de uma pseudo-comunicação.

Se houve um movimento pretensamente hegemônico, houve também um movimento de clara resistência ao método oral puro e que anunciava pelas práticas de diversos institutos que era também possível e necessário educar os surdos com outras metodologias, tendo na língua de sinais uma dessas alternativas. A experiência vivida no século XIX ainda hoje questiona nossas práticas e deixa-se perceber em inúmeras questões que também nos angustiam após tantos anos. Saber, poder e subjetividade continuam entrelaçados nas práticas que se constituem hoje como forma de instrução dos surdos. E, novamente, não nos enganemos, a coexistência de métodos ainda se faz presente como evidência de que há modos e modos de se aprender.

Por fim, e deixando mais uma vez a trilha aberta, consideramos que a oralização está enredada como uma ênfase na fala, por sua vez, imiscuída com diversas bases que constituíram nossa conduta contemporânea no que diz respeito ao modo como nos comunicamos. Para além da ênfase na fala, refletimos que pode existir um desejo de assujeitamento dos surdos para que se assemelhem aos ouvintes. Essa possível cultura do simulacro assumido pode ser também um caminho de resistência ou contraconduta em alguns contextos. Mais uma vez, é cada surdo na sua concretude de experiência, na sua subjetividade, que poderá nos dizer, enquanto educadores que com eles trabalharmos ou refletirmos, que caminhos ainda temos a percorrer.

REFERÊNCIAS

- CASTRO, E. **Vocabulário de Foucault**: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.
- FOUCAULT, M. **Os anormais**: Curso no Collège de France (1974-1975). São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- _____. **O poder psiquiátrico**: Curso do Collège de France (1973-1974). São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- _____. **A arqueologia do saber**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- _____. **Conversa com Michel Foucault**. Repensar a política. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010a.
- _____. Polêmica, política e problematizações. In: _____. **Ditos & Escritos V**: Ética, sexualidade, política. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010b.
- LACHARRIÈRE, L., et al. **Congresso Internacional para Estudo das Questões de Educação e de Assistência de Surdos Mudos** (Histórica, Vol. 5, p. 5). Rio de Janeiro, RJ.
- LARROSA, J. Experiência e alteridade em educação. **Revista Reflexão e Ação**. Santa Cruz do Sul, v. 19, n. 2, p. 04-27, jul./dez. 2011.